



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

UNIDADE DEMANDANTE ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL - EJERN	
Integrante Demandante: Solon Rodrigues de Almeida Netto	
Chefe da Unidade Demandante: Juíza TICIANA MARIA DELGADO NOBRE	
Necessidade/Demanda: ENFRENTANDO O ASSÉDIO E OUTRAS VIOLÊNCIAS DISCRIMINATÓRIAS NO AMBIENTE INSTITUCIONAL: DA NORMATIVA À ADEQUAÇÃO COTIDIANA Curso presencial a ser ministrado aos gestores de primeiro e segundo graus.	
Unidade Técnica: Escola Judiciária Eleitoral - EJERN	
Previsão de data para início da aquisição ou do serviço: 23 DE JUNHO DE 2023, DAS 8 ÀS 13 HORAS – PLENÁRIO DA SEDE TRE/RN.	
Dotação Orçamentária () Ordinário - Orçamento de Capacitação (anexar formulário SIGEPRO) () Pleitos (anexar formulário SIGEPRO) (X) Demanda não prevista no Plano de Contratações ou no Orçamento. Em caso de demanda já aprovada, indicar eventual remanejamento de recursos:	Objeto trata-se de: () Aquisição de material (X) Prestação de Serviço não continuado () Prestação de Serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra () Prestação de Serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra () Aquisição de material e prestação de serviço () A ser definido nos Estudos Técnicos Preliminares



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

<p>Custo não previsto no Plano de Contratações/Orçamento ou Estimado em Pesquisa de Mercado:</p> <p><i>O curso em questão não está previsto no PACD 2023.</i></p> <p><i>O valor da base de cálculo para remuneração da instrutora foi obtido a partir da Res. TSE 23.545/2017, que dispõe sobre a remuneração da instrutoria interna no âmbito da Justiça Eleitoral, cumulado com a PORTARIA SGPRT/MGI Nº 2.100, DE 10 DE MAIO DE 2023, que fixa o vencimento da Administração Federal em R\$ 29.790,95.</i></p>	<p>Remuneração pró-labore</p> <p><u>MEMÓRIA DE CÁLCULO:</u></p> <p><i>Valor da hora-aula: R\$ 566,03</i></p> <p><i>Maior Vencimento da Administração Pública Federal (PORTARIA SGPRT/MGI Nº 2.100, DE 10 DE MAIO DE 2023) R\$ 29.790,95.</i></p> <p><i>A instrutora possui DOUTORADO, sendo o valor de sua hora-aula, pela Res. TSE nº 23.545/2017, o percentual de 1,9% da maior remuneração da Administração Pública Federal.</i></p> <p><i>O curso ofertado tem 5 horas-aula de carga horária.</i></p> <p><u>566,03 (hora-aula) x 5 (carga horária) = R\$ 2.830,15</u></p>
<p>Justificativa fundamentada</p>	
<p>A Escola Judiciária Eleitoral foi demandada pela Comissão de Combate e Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual para oferta de capacitação e disseminação de saberes sobre a temática relacionada às formas de assédio, à discriminação e à prevenção de condutas no serviço público.</p> <p>Em reuniões com Administração do TRE/RN, foi identificada a necessidade de oferta de tal formação até o final de julho de 2023. A Diretoria-Geral recomendou que a EJE/RN atenda a demanda, considerando sua alta relevância estratégica ao PEJERN 2021-2016. Recomendou, ainda, que essa capacitação possa ser ofertada a, pelo menos, um servidor de cada zona eleitoral, de modo que a ação possa contemplar o primeiro e o segundo grau de jurisdição.</p> <p>No orçamento previsto à EJERN, UGR-070212, ao exercício ORDINÁRIO 2023, há sobras de valores para cursos NÃO previstos no Plano Anual de Capacitação e Desenvolvimento. Contudo, essas sobras orçamentárias, que estão em torno de 68 mil reais, não acomodam uma formação com maiores gastos de deslocamentos e pagamentos diárias.</p> <p>A solução orçamentária perpassa a necessidade de reforço com realocação de valores de outras áreas do TRE/RN para a capacitação, no segundo semestre de 2023.</p>	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Justificativa da necessidade da aquisição/contratação

A formação apontada na área de combate ao assédio é de extrema importância, pois toca temas sensíveis não somente às questões comportamentais entre os magistrados e servidores no local de trabalho, mas igualmente discute aspectos importantes do tratamento com o público externo. Sendo assim, mostra-se como necessária aos servidores das zonas eleitorais e da Secretaria.

As temáticas abordam elementos estruturantes das grandes organizações e pode público. A partir dessa análise, é possível combater as desigualdades, as discriminações e violências que ensejam, mostrando como o Direito lida com cada uma delas. Assédio moral e sexual estão presentes e precisam ser entendidos e combatidos. Da mesma forma, a capacitação vai preparar a instituição para o acolhimento das vítimas, elementos importantes, pois o TRE/RN, atualmente, precisa mapear o fluxo de acolhimento das vítimas, mas não dispõe de força de trabalho suficientemente capacitada.

O curso é pautado pelas diretrizes do Conselho Nacional de Justiça e atende a todos os requisitos apresentados pelo CNJ como essenciais aos tribunais.

Público-alvo

O público-alvo do evento são magistrados e servidores, turma mista, com oferta de 100 vagas, no Plenário da Sede do TRE/RN.

Objetivos Estratégicos

O Plano Estratégico 2021-2026 do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte alinha-se aos macrodesafios do Poder Judiciário. São elencados tópicos de extremo valor à cadeia de processos interno do Regional, que refletem na prestação jurisdicional final e, portanto, atingem diretamente a qualidade e a eficiência dos serviços prestados ao cidadão.

Ademais, deve-se apontar que, dentro de um quadro de tendências atuais, o projeto se alinha com a profissionalização da gestão, pelo domínio dos processos internos.

Inserindo-se dentro do cenário almejado, o projeto contribui para (a) *uma Justiça mais acessível*, (b) *garantia da legitimidade do sistema eleitoral*, (c) *melhoria do sistema de segurança pública*, e (d) *valorização profissional*.

Metas do Planejamento Estratégico



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Meta física da ação: capacitar até 100 pessoas (magistrados e servidores, público interno) em curso de formação sobre o combate e a prevenção ao assédio e a discriminação.

Além dos objetivos estratégicos apresentados no tópico anterior, insere-se a ação dentro do sexto ponto dos macrodesafios, específico às ações de capacitação:

“Melhoria da gestão de pessoas

Refere-se a políticas, métodos e práticas adotadas na gestão de comportamentos internos, objetivando potencializar o capital humano no Poder Judiciário. Considera programas e ações relacionadas à avaliação e ao desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas dos servidores e magistrados; à valorização dos servidores e colaboradores; à saúde ocupacional; à humanização nas relações de trabalho; ao desenvolvimento de práticas de incentivo, à modernização das carreiras e à adequada distribuição da força de trabalho”.

Natal, 05 de junho de 2023

Solon R. Almeida Netto
Chefe de Gabinete da EJERN